



CAPITALISMO, PATRIARCADO E RACISMO: REVISITANDO O LUGAR DA MULHER NA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA

Andrea Pacheco de Mesquita¹

Laura Juliana dos Santos Cassiano²

RESUMO:

Este texto se debruça sobre a relação capitalismo, patriarcado e racismo para analisar a história sem os véus do colonialismo que embasa a ciência, a história e as violações de direitos expressas no cotidiano das mulheres no Brasil, em particular das mulheres negras. O resgate do processo de colonização nos oferece informações valiosas para entender o desenvolvimento de elementos históricos que acarretaram as raízes da questão social. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental. O que nos levou a uma releitura crítica da nossa formação social e compreender como o patriarcado, o racismo são funcionais ao capitalismo periférico brasileiro.

Palavras-chave: capitalismo; patriarcado; racismo.

ABSTRACT:

This text focuses on the relationship between capitalism, patriarchy and racism so as to analyze history without the veils of colonialism that underpins science, history and rights violations expressed in the daily lives of women in Brazil, particularly black women. Recovering the colonization process offers us valuable information to understand the development of historical elements that led to the roots of the social issue. The methodology used was bibliographic and documentary research. Which led us to a critical reinterpretation of our social formation and to understand how patriarchy and racism are functional to Brazilian peripheral capitalism.

Keywords: capitalismo; patriarchy; racismo.

¹ Assistente Social graduada pela Universidade Estadual do Ceará, Mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo na Universidade Federal da Bahia. Líder do Grupo de Pesquisa FRIDA KAHLO - Estudos de Gênero, Feminismos e Serviço Social. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas dos cursos de Graduação e Pós-graduação.

² Assistente Social formada pela UFAL e Mestranda pelo PPGSS-UFAL

INTRODUÇÃO

“O objeto de investigação é inseparável da história que a produz”

Florestan Fernandes

Para compreender as expressões do conservadorismo que tem se evidenciado na atualidade brasileira, faz-se necessário explorar as bases sócio-históricas que tecem a formação do país. Por isso, este texto pretende se debruçar sobre a temática, tão urgente e necessária, para que possamos analisar a história sem os véus do colonialismo que embasa a ciência, a história e as violações de direitos expressas no cotidiano das mulheres no Brasil, em particular das mulheres negras. O resgate do momento histórico da colonização nos oferece informações valiosas para entender o desenvolvimento de elementos históricos que acarretaram as raízes da questão social brasileira.

Ivone da Silva (2014), em seu livro intitulado *Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos*, faz uma série de apontamentos importantes ao analisar a questão social, destacando suas raízes coloniais e a compreendendo como:

[...] sinônimo de contradição, exploração, acumulação, antagonismos, conflitos e lutas sociais geradas no interior da sociedade capitalista brasileira, traduzindo-se, historicamente, pelo enfrentamento da servidão indígena, da expropriação do negro, mas, fundamentalmente, pelas lutas mais recentes por melhores condições de vida e de trabalho no período industrial, em que ganha expressão e legitimidade como decorrência das lutas operárias (p. 42).

Uma observação extremamente relevante feita por Silva (2014) é a demonstração de que o estudo para entender as raízes da questão social extrapola o limite da década de 1930. Sendo assim, o período da colonização passa a ser o fio condutor do estudo da autora, que adota uma perspectiva marxista como método de análise dos processos históricos, sociais, culturais e políticos da formação da sociedade brasileira.

O Brasil foi colônia durante mais de três séculos (1530-1822), período no qual é possível identificar o desenvolvimento das relações de acumulação baseadas na exploração aprofundada da força de trabalho escravo, característica da fase mercantil do capitalismo, na qual emergem os elementos iniciais da questão social brasileira (Silva, 2014). Tratava-se de uma sociedade colonizada nos moldes do capitalismo mercantil da

Europa e estruturada na grande propriedade rural — os latifúndios. Uma vez que as relações econômicas e sociais se davam prioritariamente no meio rural, onde a figura masculina do dono de engenho era quem possuía terras, riqueza e poder, essa sociedade possuía um perfil rural, racista e patriarcal herdado dessa referência masculina de ordem e poder.

Ao falar sobre o sentido da colonização, Caio Prado Júnior (2004) demonstra que a forma como este processo aconteceu no Brasil foi decisiva para a formação sócio-histórica, ao passo que as raízes das desigualdades sociais vão ter suas bases fundamentadas na origem da questão agrária no país. A história do Brasil é marcada pela exploração da mão de obra de pessoas escravizadas e o estabelecimento de relações patriarcais que extrapolam os limites do ambiente familiar, manifestando-se nas relações de caráter público. Sendo assim, o sistema de escravidão e o patriarcado são categorias presentes no processo de formação desta sociedade e, portanto, se associam às raízes da questão social brasileira. O patriarcalismo³ representado pelas relações que predominavam no ambiente rural possibilitou a invasão do público pelo privado, do Estado pela família; a escravidão, por sua vez, foi capaz de dar conta de mais de uma condição de opressão (trabalho servil e também o abuso sexual), enquanto o patriarcado dava conta de dominar as relações sociais — a cena pública e privada — através da figura do senhor rural, enquanto dono dos instrumentos de trabalho, da força de trabalho e também do corpo das mulheres (Silva, 2014).

O tipo de colonização inicialmente conduzida por Portugal no Brasil, enquanto colônia, para extrair e depois produzir os artigos que possibilitariam o desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu, correspondia à tentativa de implantar uma estrutura de dominação baseada no patrimônio. Entretanto, com a vastidão do território da colônia e os problemas na comunicação, tornava-se difícil a fiscalização das funções desempenhadas pelos componentes da burocracia patrimonial real, e isso favorecia o exercício arbitrário do poder por aqueles que ocupavam posição vantajosa na estrutura social de hierarquia em virtude de um favoritismo do rei. Com a evolução da estrutura econômica da Colônia e visto que o capitalismo mercantil estava se tornando capitalismo

³ Trazemos neste momento o conceito de patriarcalismo tal qual apresentado por Saffioti (p. 231, 2013), embasada em Weber, como sendo a estrutura de dominação cuja essência está assentada na submissão relacionada a uma devoção rigorosamente pessoal e não no dever de servir a uma finalidade. Adiante no texto voltaremos a discutir sobre o conceito de patriarcado.

industrial, a Coroa Portuguesa passou a ter mais interesse nos grupos que fundamentavam seu poder na propriedade e em sua exploração lucrativa — ou seja, quanto mais os chefes de parentela consolidavam seu poder econômico, mais a Coroa manifestava seu apoio a eles. Dessa forma, a partir do século XIX passou a estar alicerçado o poderio econômico dos chefes de família, inclinando-se então a estrutura de dominação da sociedade brasileira para o tipo patrimonial-patriarcal, em formação implícita desde o início da colonização (Saffioti, 2013).

Neste texto buscamos compreender tal organização em torno do patriarcado, visto que analisar a posição da mulher na família e na sociedade em geral faz parte de um sistema de dominação-exploração-opressão amplo e que tem suas bases na formação social do Brasil. De modo que a análise da distribuição e organização do poder na sociedade escravocrata brasileira subsidia a explicação de como se formaram determinados complexos sociais que repercutem no modo como a sociedade, historicamente e até hoje, busca justificar a exclusão da mulher de certos espaços e tarefas, atribuindo-lhe papéis entendidos como “tradicionalmente femininos”.

Ao longo dos mais de três séculos da colonização erigiram-se elementos históricos que indicam os traços da sociedade brasileira, os fundamentos que explicam como se deu sua estruturação política, social, econômica e cultural, acarretando problemáticas com as quais nos deparamos na atualidade. Fomos colonizados por indivíduos masculinos, brancos e europeus, o que impôs traços de uma cultura dominadora eurocêntrica, ou seja, pautada nos costumes da sociedade europeia. Importante ressaltar que o modelo europeu era uma realidade completamente adversa à cultura indígena dos povos originários no Brasil antes da invasão. Desta forma, podemos afirmar que o processo intitulado “descobrimto do Brasil” foi um violento processo de dominação, opressão, exploração, expropriação da terra, dos produtos brasileiros e principalmente das pessoas que já viviam nas terras brasileiras. E este processo, iniciado com a invasão, seguiu o mesmo curso de apropriação das terras, das riquezas, do trabalho das pessoas escravizadas, dos corpos das mulheres indígenas e posteriormente das mulheres negras escravizadas e tiradas de suas famílias no continente africano. Assim, a riqueza construída no Brasil e levada para Portugal foi fruto do trabalho de pessoas escravizadas e da expropriação das riquezas naturais. Importante lembrar que mesmo depois da dita “Independência do Brasil”,

exploração, dominação e opressão continuaram a ser o motor do desenvolvimento no país (Silva, 2014).

A formação do Brasil, segundo a análise de Caio Prado Júnior (2004), se deu como uma vasta empresa comercial que explorou a mão de obra escrava de indígenas e pessoas negras. Essas populações foram forçadas, constrangidas e domesticadas, tendo negadas as suas histórias, memórias e tradições. O que promoveu inúmeras tentativas de apagamento e anulação das riquezas materiais, culturais e afetivas das populações indígena e negra. Mesmo diante das tentativas de apagamento, as culturas negras e indígenas resistiram, assegurando a sua existência mesmo que de forma clandestina. Esta resistência e luta dos povos negros e indígenas para manter viva sua cultura e suas tradições foi banhada de sangue, visto que os colonizadores tentavam impor sua cultura branca e eurocêntrica através da constante violência física, psicológica e sexual. Saffioti (2013) aponta que, durante esse período de escravidão, a apropriação por parte dos proprietários das empresas agrícolas exportadoras, do mais-valor gerado pelo “trabalho escravo”, possibilitava a grande acumulação. As pessoas escravizadas foram os agentes responsáveis pela produção e acumulação primitivas no capitalismo mercantil (Fernandes, 2006), assim, a escravidão constituiu a base da sociedade que conhecemos hoje, visto que é a semente da acumulação capitalista.

Outro aspecto a ser considerado a respeito desse período refere-se ao desemprego, uma vez que a forma de inserção dos/as negros/as na sociedade, mediante o “trabalho livre” para aqueles que eram “libertos”⁴, era quase sempre tornarem-se pessoas consideradas *vadias* pelo fato de não terem ocupação. A partir disso, entende-se que o desemprego já se fazia presente como um problema social de natureza estrutural e que se desenvolveu como um fator determinante na questão social, como ainda vemos hoje. Assim, segundo Silva (2014, p. 52), as condições socioeconômicas da sociedade colonial podem ser resumidas através das seguintes características: “[...] isolados, degredados, rejeitados, vegetando em algum lugar da colônia, segregados todos eles, os tapuias e

⁴ A perspectiva teórico-metodológica adotada neste trabalho revela a categoria pessoas escravizadas ao invés de escravos, visto que, ninguém nasce escravo, todas as pessoas nascem livres. A categoria que usamos se contrapõe a uma ideia construída socialmente de naturalização da inferioridade das pessoas negras em relação às pessoas brancas, e conseqüentemente nega a perspectiva teórica de naturalização da escravidão. Neste sentido, utilizamos o termo “libertos”, entre aspas, para expressar este campo de um conhecimento anticolonialista e antirracista.

caboclos, os negros e pardos (quilombolas), que fizeram parte da nossa história política com suas fugas e rebeliões”.

A existência do desemprego no período da colônia demonstra a falsidade da afirmação conservadora sobre a indolência atribuída aos povos indígenas. O que ocorreu verdadeiramente é que, através do processo de colonização, os povos indígenas foram extraídos de suas terras e escravizados, forçados à adaptação a um modo de produção e de vida totalmente divergente de sua cultura, que tem como características o cuidado com a terra e a produção para a coletividade, não uma produção com o objetivo de gerar lucro.

Nesse contexto, além do racismo, o patriarcalismo também se manifesta no período colonial como fenômeno estruturante que marcou o desenvolvimento capitalista do Brasil. Como a maior parte da riqueza foi apropriada pelos homens brancos que serviram ao processo de colonização, era nas mãos da população nobre rural, representada principalmente por senhores de engenho e fazendeiros, que se concentrava o poder. Conseqüentemente, esses representavam a “nata da sociedade”, termo atribuído à elite, aos grupos dominantes; por essa razão, a formação dos centros urbanos foi fortemente marcada por traços rurais. Sobre a formação social brasileira, baseado em diversos estudiosos como, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré entre outros, José Paulo Netto afirma:

[...] a burguesia brasileira não dispôs nunca de impulsos para realizar uma revolu o burguesa   moda “clássica”, liquidando o latifúndio (lembre-se que, originalmente, a reforma agrária   uma das tarefas da revolu o burguesa) e defendendo soberania nacional. Residem   as raízes de duas características básicas da forma o social brasileira (2017, p. 125).

Para Max Weber⁵ (2012), a estrutura patriarcal da qual tratamos representa o mais crucial dos princípios estruturais pr -burocráticos, uma vez que não se baseia em atender determinada finalidade objetiva e impessoal, mas em rela es extremamente subjetivas e pessoais. Nessa estrutura patriarcal de domina o, o fundamento encontra-se na autoridade do chefe da comunidade doméstica. Como afirma o autor, na forma de domina o patriarcal as normas obedecidas por aqueles que estão submetidos ao poder

⁵ Este autor   o considerado o “pai da burocracia”, contudo a op o em cit -lo se refere apenas a uma caracteriza o de teóricos que estão na linha da crítica do patrimonialismo, mas   importante ressaltar que ele adere   burocracia que traz e reafirma valores que continuam no espectro da domina o.

estão fundamentadas na tradição e em uma crença na inviolabilidade das normas e regras de poder e mando. De modo que se impõe a naturalização das hierarquias sociais, colocando-as como um dado imutável da realidade.

Nessa perspectiva, o período da colonização também é discutido na obra *“Populações Meridionais no Brasil”*, de Oliveira Vianna (2005), que reporta a composição eminentemente rural da sociedade em formação na região meridional do Brasil. O autor afirma que o ambiente rural constitui o centro de gravitação do mundo colonial; nesse espaço “[...] a figura do senhor de engenhos se alteia, prestigiosa, dominante, fascinadora” (p. 116). O senhor, título de senhor de engenhos ou currais, representava superioridade e poder, então os nobres que aportavam no Brasil buscavam como esposas, de preferência, as herdeiras ricas filhas dos senhores rurais que, por sua vez, recebiam como dote muitas terras, animais, indígenas e pessoas negras escravizadas. O que era valorizado antes de tudo era a situação que a posse de um latifúndio proporcionava, assim como as regalias, a força, o prestígio, o poder e a respeitabilidade que decorriam em função do mesmo.

Nas palavras do autor: “Em síntese: o grande domínio agrícola se erige, na sociedade vicentista, como a causa e o fundamento do poder social. Nele descansam seu prestígio a nobreza da terra. É o único vieiro da fortuna. É a condição principal da autoridade e do mando” (Vianna, 2005, p. 119).

A região meridional do Brasil era predominantemente constituída por grandes propriedades de terras, quase não havia cidades. Assim, o fazendeiro retira-se à vida no campo, visto que, naquele momento histórico, esta era considerada como sinal de distinção. Com isso, o latifúndio representa uma organização familiar específica, visto que isola o homem. O senhor rural é a figura de poder determinante no núcleo familiar, portanto a nobreza rural passa a ser uma classe predominantemente doméstica (Vianna, 2005).

Em relação à formação social do país, Vianna (2005) destaca a preponderância do domínio rural economicamente independente como obstáculo ao desenvolvimento da indústria, do comércio e até das cidades — por isso não teriam se desenvolvido as classes e nem os laços de solidariedade entre elas. A forma como se constituiu o latifúndio no período colonial absorveu para si o que havia ao redor e não deixou espaço para que os pequenos e médios proprietários rurais se desenvolvessem. Segundo ele: “Na sociedade

vicentista não há, pois, elementos para a formação de uma classe de pequenos proprietários. Essa é ainda uma das grandes falhas da nossa organização social” (p. 120), dessa forma, a tendência do grande latifúndio era de asfixiá-los, criando um ambiente que tornasse imprópria a sua vitalidade.

Outro autor que tem contribuições para este tema é Sérgio Buarque de Holanda (2002), ao afirmar que se criou no Brasil uma “civilização de raízes rurais” baseada na escravidão e nas grandes propriedades de terra, com uma economia quase independente, tendo impedido o desenvolvimento do comércio e do trabalho livre, assim como de povoados tipicamente urbanos. Dessa forma, a organização da sociedade no período colonial tinha os domínios rurais como núcleo de referência, sendo que ali prevalecia o modelo de família patriarcal e o tipo de dominação tradicional no qual o poder do chefe da família era ilimitado e sua autoridade incontestável. No entanto, esta forma de organização não se restringia ao ambiente doméstico, constituindo também um sistema de dominação amplo que alcança as esferas públicas e políticas, pondo a invasão do público pelo privado, do estado pela família.

Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente os escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias. Esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo da Antiguidade, em que a própria palavra ‘família’, derivada da idéia de *famulus*, se acha estreitamente vinculada à idéia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi* (Holanda, 2002, p. 81, grifos do autor).

Holanda (2002) partia do entendimento de que o Estado moderno deveria se constituir como uma organização diferente da família, norteados pela impessoalidade e pela racionalidade. A família, por outro lado, deveria estar relacionada aos laços afetivos e pessoais, baseando-se nos princípios da tradição.

A partir destes autores, evidencia-se o caráter rural da organização social, política e econômica do Brasil. Nota-se que ocorria uma espécie de dominação tradicional em que o chefe da família ou senhor de terras era a figura detentora do poder e, portanto, a autoridade máxima e incontestável à qual obedeciam e estavam sujeitos sua esposa, filhos/as, agregados/as e as pessoas escravizadas. Tal poder não se limitava ao âmbito

doméstico, prologando-se até à vida pública, que, de forma descentralizada e fragmentada, se encontrava sob o domínio de determinados grupos familiares.

As contribuições de Vianna e Holanda importam para enriquecer a compreensão sobre o período colonial, contudo, no presente trabalho buscamos lançar um olhar a partir de uma perspectiva feminista sobre a história do Brasil, entendendo as contradições existentes. Neste sentido, Daniela Leandro Rezende (2015), em seu artigo *Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda*, direciona críticas a esses autores. Ela evidencia que na obra de Vianna, por exemplo, há uma perspectiva eugenista⁶, em que o autor coloca ideias que acentuam a superioridade ariana em detrimento de negros e mestiços, o que se explica pela força da perspectiva de eugenia (nacionalmente e internacionalmente) no momento em que a obra de Oliveira Vianna foi escrita.

Este traço pode ser notado em diversos trechos da obra de Vianna: “Essa infiltração étnica é formidável. Os elementos brancos, localizados nas terras sobre-excedentes dos latifúndios, acabam afundindo-se nessa ralé absorvente que, um pouco mais tarde, se fará o peso específico da população dos moradores”. (2005, p. 126). Como também nesta passagem do mesmo autor:

Na família senhorial domina exclusivamente o elemento branco. Os preconceitos de raça e os sentimentos de fidalguia, então reinantes, o demonstram. Surgem mais tarde contingentes superiores, oriundos do cruzamento de branco com índio: nos ancestrais de muitas famílias da época das “bandeiras” figuram cruzados mamelucos. O que não impede que, nas idéias, nos sentimentos, nos costumes desse grupo superior, as tradições arianas prevaleçam (2005, p. 124).

Já segundo a análise de Holanda (*apud* Rezende, 2015), a construção de um Estado nos moldes liberais no Brasil deveria implicar na extinção dos vínculos familiares, prezando pelo estabelecimento de normas impessoais e pela valorização dos interesses de uma ampla coletividade. Para ele o Brasil deveria seguir rumos próprios, já que os valores modernos do liberalismo não eram compatíveis com nossas raízes rurais, personalistas e tradicionais.

⁶ O termo eugenia foi criado por Francis Galton (em 1883) definindo como: o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente (GOLDIM, 1998).

Contudo, a separação entre público e privado não é suficiente no que se refere à subordinação das mulheres, como aponta Aguiar (1997 *apud* Rezende, 2015). O patriarcado, além de se mostrar como a apropriação privada dos mecanismos de governo, também acarreta na condição de desequilíbrio de poder nas relações domésticas e privadas que sempre beneficiam os homens. Neste sentido, seria preciso indagar sobre a própria distinção entre público e privado, universal e particular, racionalidade e afeto, uma vez que tais estruturas, consideradas dualistas e antagônicas, podem ser tomadas como fonte de exploração e opressão para mulheres, bem como de sua exclusão do cenário público (Rezende, 2015).

É válido destacar que a influência do momento histórico e a perspectiva pela qual a história é contada são relevantes nas narrativas, pois traduzem um conhecimento situado, engendrado, colonizado e racista. A historiografia tradicional preza pela versão guiada pelo olhar do homem branco e rico a respeito dos acontecimentos políticos e sociais, de modo que há muitas limitações nas obras. A historiadora Beatriz Nascimento (2006) problematiza o lugar do sujeito da pessoa negra na produção historiográfica brasileira, uma vez que, os/as negros/as sempre foram descritos como escravos coisificados e vencidos. Nas palavras dela “[...] a história do Brasil foi escrita por mãos brancas”⁷. Esta autora traz muitas reflexões críticas importantes sobre como se deu a construção dessas narrativas sobre a história da população negra no Brasil, elaborada através de autores brancos:

Retomando o problema da História do negro no Brasil: Que somos nós, pretos, humanamente? Podemos aceitar que nos estudem como seres primitivos? Como expressão artística da sociedade brasileira? Como classe social, confundida com todos os outros componentes da classe economicamente rebaixada, como querem muitos? (Nascimento, 2006, p. 94)

Lélia Gonzales, uma importante intelectual e militante do movimento negro no Brasil, realizou várias críticas a autores como Caio Prado Júnior. Para ela, ao analisar a formação social brasileira, o autor caiu nas armadilhas do pensamento colonizado, incorrendo numa cegueira de raça/etnia e gênero: universalizando um modelo de sujeito (eurocêntrico) que não representava a grande maioria da população brasileira. Diz ela,

⁷ Fala realizada no documentário *O negro da senzala ao Soul* (1977), de Gabriel Priolli.



Nessa perspectiva, ele pouco teria a dizer sobre essa mulher negra, seu homem, seus irmãos e seus filhos, de que vínhamos falando. Exatamente porque eles nega o estatuto de sujeito humano. Trata-os sempre como objeto. Até mesmo como objeto de saber. É por aí que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo (Gonzales, 1984, p. 232).

No trecho acima, retirado do texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984), a autora demonstra que o racismo está presente na cultura brasileira e imprime seus traços nas obras que versam sobre a história do país, mesmo aquelas que abordam a partir de um viés crítico. O processo de embranquecimento da sociedade se deu em todos os aspectos e a ciência fez parte deste processo influenciando (e sendo influenciada) por essa perspectiva.

A Burguesia no Brasil: algumas reflexões

Para entender porque a forma que o conservadorismo assume no Brasil se diferencia do conservadorismo clássico europeu é importante notar que a burguesia se forma em um país com elementos históricos e funcionais inscritos nos processos sociais relacionados à independência, e que aqui se deu, de acordo com Florestan Fernandes (2006), seguindo o padrão ocidental. Até mesmo o processo de independência do Brasil representa uma solução conservadora para os problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil colonial, ao passo que significou um pacto firmado entre as elites. Foi, na verdade, uma forma de modernização conservadora, uma vez que a composição da sociedade brasileira era majoritariamente de pessoas negras e indígenas, mas que não eram consideradas, naquele momento, cidadãos para atuar nos processos políticos, devido ao processo de colonização que, de forma violenta, expropriou a terra, as riquezas materiais e a vida dos povos originários e nativos do país. Além de trazer pessoas negras escravizadas para trabalhar e produzir suas riquezas no Brasil. Essa condição de dominação, exploração, opressão e expropriação impedia rupturas significativas na história. Contudo, é importante frisar que tal processo se deu com muita luta e resistência desses povos, que tiveram sua cidadania sequestrada ao serem escravizados. A colonização do Brasil se deu pelo molde eurocêntrico que construiu uma elite brasileira agrária dominante. Consequentemente, o Brasil adentrou a modernização sem muitas rupturas com seu estatuto colonial, sem se separar das formas arcaicas do monopólio

oligárquico da terra e do latifúndio, levando, conseqüentemente, a um processo de industrialização tardia (Netto, 2014).

Florestan Fernandes (2006) aponta o caráter de ruptura da possibilidade de Independência pelo fato de que esta trouxe transformações que não poderiam ser norteadas pelo estatuto colonial. Naquele momento, as elites tiveram uma atuação “revolucionária” no sentido de promover uma nova ordem social. No entanto, destaca que esta revolução social da Independência foi conservadora, uma vez que garantiu a manutenção da estrutura material, incluindo a continuação da exploração através do regime escravista (FERNANDES, 2006).

Os pensamentos do autor supracitado nos ajudam a compreender a formação da burguesia no Brasil, uma vez que, para ele, as condições eventuais que permitiram o aparecimento dessa burguesia residem nos requisitos estruturais e funcionais do padrão de civilização orientador da autoimagem histórica do povo brasileiro. Sendo assim, o burguês e a burguesia no Brasil são entidades que apareceram tardiamente e com um curso totalmente diferente do ocorrido na evolução da história da Europa. Contudo, ainda dentro de tendências que supõem funções e destinos sociais semelhantes, tanto para o tipo de personalidade quanto para o tipo de formação social.

O referido autor aponta que, assim como não tivemos o feudalismo no Brasil, não houve o “burgo”, como no mundo medieval. No Brasil, o burguês surge como uma entidade especializada — seja na figura do agente artesanal na rede de mercantilização interna da produção, seja na forma de negociante. Pela dinâmica econômica do estatuto colonial, estas figuras de potencial burguês se mantiveram sufocadas enquanto o escravismo, a grande lavoura e o estatuto colonial estiveram conjugados. A Independência criou condições para a expansão da burguesia. Contudo, esse processo da “[...] Independência do Brasil funcionou como uma revolução social dos brancos e para os brancos” (Fernandes, 2006, p. 36), visto que não se combatia a escravidão em si mesma, mas sim o que representava como “deformidade” numa sociedade que estava eliminando o estatuto colonial e pretendendo se organizar enquanto nação. Por isso, procurava todos os meios de expandir internamente a economia de mercado.

O burguês que surge, segundo Florestan Fernandes (2006), sob a marca de uma especialização econômica relativamente diferenciada, simbolizaria papéis históricos que se impunham em decorrência de suas funções econômicas na sociedade nacional. Essa

figura de burguês iria representar um espírito revolucionário emergente em condições ambíguas e afirmava-se segundo interesses egoísticos.

Quando Florestan Fernandes (2006) fala em Revolução Burguesa no Brasil, salienta que seria uma questão mal colocada se a intenção fosse afirmar que a história do Brasil seria uma repetição deformada e anacrônica da história europeia. Não obstante, afirma que se trata de determinar como se deu a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. O passado deste país se deu de forma diferente do passado todo da Europa, mas, acabamos reproduzindo de forma peculiar seu passado mais recente, visto que fazia parte do processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil.

A respeito da Revolução burguesa no país, Florestan Fernandes (2006) declara:

[...] não constitui um episódio histórico, mas um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social. Por isso, ela envolve e se desenrola através de opções e de comportamentos coletivos, mais ou menos conscientes e inteligentes, através dos quais as diversas situações de interesses da burguesia, em formação e em expansão no Brasil, deram origem a novas formas de organização do poder em três níveis concomitantes da economia, da sociedade e do Estado (p. 38).

Com o rompimento do estatuto colonial e a criação de um Estado Nacional, as potencialidades da grande lavoura revelaram-se crescentes, principalmente nas regiões que alcançaram vitalidade econômica graças ao café. Então a maior parte das potencialidades da grande lavoura foi direcionada para o crescimento econômico interno, permitindo a fundação de um Estado Nacional, a intensificação simultânea do desenvolvimento urbano e a expansão de novas formas econômicas.

Florestan Fernandes ainda explica que à proporção que se intensifica a expansão da grande lavoura, de acordo com as condições oferecidas pela organização de um Estado Nacional, uma grande fração dos senhores rurais é retirada do isolamento dos ambientes de engenhos e levada para o cenário econômico das cidades, bem como para ambientes políticos de governos e províncias. A partir daí, essa porção dos senhores rurais tendeu a secularizar suas ideias, concepções políticas e aspirações sociais, ao passo que passou a urbanizar-se de acordo com os padrões cosmopolitas, demonstrando inclinação para aceitar formas de organização da personalidade, das relações sociais e das instituições

econômicas, jurídicas e políticas anteriormente condenadas —, ou seja, “aburguesou-se”. Ao mesmo tempo, formaram-se novos tipos humanos que anteriormente não faziam parte do código de ética senhorial.

Essa passagem pela história do país serve para ilustrar que as elites econômicas sempre se apresentaram como dominantes, ao mesmo tempo em que sempre mantiveram a população escravizada. Sob formas alteradas: latifundiária, oligárquica, mercantil, burguesa industrial e financeira, etc., mas sempre preservando o caráter de estar compondo e recompondo os mesmos setores e interesses (Silva, 2014).

Debruçarmo-nos sobre a história é necessário para entendermos a realidade concreta, conseguindo ir além da aparência e buscando a essência dos fenômenos. A história não se repete da mesma forma, mas é necessário olhar o passado e trazer o acúmulo que nos permita compreender a conjuntura e os desafios do tempo presente. Nessa perspectiva, é possível perceber como a formação do país, acompanhada da problemática da questão agrária, demonstra sua relação com as origens de diversos problemas enfrentados pela sociedade até hoje, mesmo porque a questão agrária não se resume ao debate acerca da distribuição de terras. Percebe-se que a evolução da história do país é um debate que precisa ser colocado de forma a cruzar todos estes eixos. Destarte, nota-se que a simbiose capitalismo-racismo-patriarcado, como afirma Saffioti (2004), se manifesta enquanto sistema de dominação-exploração-opressão no processo histórico do Brasil, possuindo uma dinâmica que determina a configuração das relações sociais, sendo funcional ao modo de produção capitalista, se afirmando nele e/ou sendo afirmado por ele.

Ser Mulher no Brasil Colônia

Ao pensar a condição das mulheres no período colonial, Sueli Carneiro (2019) aponta que este foi fortemente marcado pelos estupros praticados pelos senhores brancos portugueses para com as mulheres negras e indígenas, fazendo deste fato um elemento importante na origem da construção da identidade nacional e das hierarquias de gênero e raça existentes na sociedade.

Os primeiros contingentes negros foram introduzidos no Brasil a partir de 1538, quando ainda não existia unidade cultural, racial ou mesmo linguística entre os escravos

africanos que possibilitasse a unificação. Nesse processo, tanto mulheres quanto homens sofreram, sendo os homens escravizados obrigados a trabalhar de forma exaustiva, além de sofrer castigos violentos, enquanto as mulheres escravizadas, além de forçadas ao trabalho, eram ainda vítimas de abusos sexuais. Essa violência perpetrada contra as mulheres negras se mostra como elemento generalizado na colônia (Del Priore, 1993).

A mulher escravizada era vista de forma animalizada e sexualizada, tida como instrumento de trabalho e prestadora de serviços sexuais forçados. Como afirma Carneiro (2019), a mulher negra era vista como “[...] *exótica, sensual, provocativa*” (p. 153, grifos da autora). Os colonizadores e camadas religiosas mantiveram relações sexuais com mulheres indígenas, e posteriormente com negras escravizadas, por conta da escassez de mulheres brancas, com as quais eles construía suas famílias legítimas (Carneiro, 2019), mas também pela lógica patriarcal de que os homens são donos das mulheres e por isso podem fazer o que quiserem com elas. De acordo com Caio Prado Júnior (2004), toda a vida social colonial se fundou basicamente através de dois instintos primários do homem⁸: o econômico, através do trabalho; e o sexual, através das relações familiares. As mulheres negras eram mão de obra escrava e a forma com que foram abusadas sexualmente foi um dos elementos centrais na constituição da família e das relações coloniais no Brasil.

A exploração física das mulheres escravizadas era ainda agravada pela maternidade. Elas eram exploradas através da violência sexual para satisfazer o prazer dos homens, mas também para a reprodução, pois os/as filhos/as das mulheres escravizadas representavam também uma espécie de investimento para os senhores, aumentando quantitativamente a mão de obra escrava. Desta forma, a exploração sexual de mulheres se mostra como elemento associado às necessidades da colonização. Além do abuso praticado diretamente por seus senhores, muitas mulheres escravizadas eram obrigadas a se prostituir para aumentar os lucros de seus proprietários (Del Priore, 1988).

Gilberto Freyre (2003, p. 55) escreveu:

O intercurso sexual entre o conquistador europeu e a mulher índia não foi apenas perturbado pela sífilis e por doenças europeias de fácil contágio venéreo: verificou-se - o que depois se tornaria extensivo às relações dos senhores com as escravas negras - em circunstâncias desfavoráveis à mulher. Uma espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra terá predominado nas relações sexuais como nas sociais do europeu com as

⁸ É importante afirmar que o que chamam de instinto, não é natural. É uma construção de um homem que deve incorporar todos os arquétipos viris definidos pelas relações patriarcais de gênero.

mulheres das raças submetidas ao seu domínio. O furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizantes no gozo; ainda que se saiba de casos de pura confraternização do sadismo do conquistador branco com o masoquismo da mulher indígena ou da negra.

É possível perceber que Freyre (2003) reconhece que o intercuro sexual entre brancos e mulheres negras escravizadas e indígenas aconteceu de forma desfavorável para aquelas mulheres. Contudo, na interpretação do autor, havia um “masoquismo” da mulher indígena e da mulher negra, sugerindo que se teria criado uma espécie de afetividade naquele tipo de relação. Esta é a perspectiva da história contra a qual muitas autoras vêm se manifestando, pois o que Freyre define como “intercurso sexual” trata-se na verdade de estupro.

No período colonial a sociedade que tinha um perfil patriarcal e agrário criava o padrão segundo o qual os homens eram livres e as mulheres burguesas eram tidas como esposas e mães, enquanto as mulheres pobres, negras e indígenas eram tratadas como instrumentos de satisfação sexual. Esse duplo padrão possibilitava ao homem desfrutar do convívio social, dava-lhe oportunidades de trabalho e acumulação de bens, enquanto a mulher, aprisionada no espaço privado/doméstico, cuidava da casa, dedicava-se aos filhos/as e dava ordens às mulheres escravizadas.

No sistema patriarcal do período colonial brasileiro, a etiqueta e a idolatria à fragilidade da mulher enfatizavam os conceitos de sexo forte, nobre e dominador do homem branco, enquanto as mulheres brancas eram submetidas aos mandos da figura do patriarca (Freyre, 2003). Na maioria das vezes essas mulheres brancas contraíam matrimônio antes dos 15 anos e transitavam do domínio paterno para o domínio do marido, mediado pela relação conjugal (Saffioti, 2013). Entretanto, Carneiro (2019), salienta que a mulher branca era também extremamente autoritária quanto à forma de tratar “suas escravas”, sendo comuns os casos em que essas senhoras maltratavam com castigos torturantes suas serviçais, por motivos como ciúmes ou capricho.

A mulher negra, nesse contexto, estava sujeita à mais séria exploração e violência, visto que à escrava cabia a função no sistema produtivo de bens e serviços, mas também a sujeição ao papel sexual forçado. Nas palavras de Saffioti (2013, p. 236): “[...] transfigurava-se assim, em processo de coisificação o papel que lhe cabia enquanto pessoa, e em criatura humana a coisa (instrumento de trabalho)”.

As mulheres negras escravizadas recebiam o destino de serem sexualmente exploradas para satisfazer os desejos do senhor, enquanto as mulheres brancas recebiam os papéis de esposa e mãe dos/as filhos/as legítimos/as. Durante o período de escravidão, apenas de modo excepcional se permitia que a colonização fosse feita através de grupos familiares já constituídos. O que geralmente acontecia era a vinda de indivíduos isolados, que aportavam aqui deixando ou não uma família à espera da fortuna a ser conquistada na nova terra. Desse modo, a escravidão satisfazia tanto às exigências do sistema produtivo quanto às necessidades impostas pela forma de colonização adotada e às de uma família branca na qual à mulher cabia principalmente o papel de mãe da prole legítima.

As mulheres das camadas dominantes raramente saíam nas ruas para além das visitas à igreja, que nunca realizavam desacompanhadas, e embora algumas tenham exercido considerável papel de mando sobre a escravaria, sua autoridade mantinha-se muito distinta da esfera em que o patriarca imperava, uma vez que ocupava condição inferior na estrutura da família em relação ao homem (Saffioti, 2013). E nessa sociedade escravocrata brasileira, de forma geral, havia uma aceitação da completa supremacia do homem sobre a mulher no grupo familiar e na sociedade em geral. Então, nessa ordem, as mulheres brancas de classe dominante incorporavam as forças conservadoras da sociedade (Freyre *apud* Saffioti, 2013). Tanto pelas restrições de sua mobilidade quanto pelo universo cultural em que estavam inseridas, essas mulheres eram obrigadas a aceitar e reproduzir o “poder do macho”, essa hierarquia de gênero, e acabavam se mostrando mais conservadoras que os homens, visto que tinham a função de cuidar e educar os/as filhos/as, representando o elemento de estabilidade da sociedade (Saffioti, 2013).

Ao mesmo tempo em que havia intensa exploração da mulher escravizada sendo utilizada como trabalhadora, como objeto de prazer sexual e como reprodutora de força de trabalho, ela ia se transformando, inconscientemente, no instrumento que, pouco a pouco, minaria a ordem estabelecida, tanto na dimensão econômica quanto no espaço familiar. O enaltecimento sexual da mulher negra gerava comportamentos antieconômicos por parte dos senhores, como a venda e tortura de homens negros escravizados, com os quais houvesse concorrência nesse sentido. Por outro lado, as relações sexuais entre senhores e escravas desencadeavam processos de interação social incompatíveis com as expectativas de comportamento no que se referia à estratificação

em castas. Assim como também acontecia a disputa entre mulheres brancas e negras por conta dessas concorrências nas relações, contudo, estas não configuravam exatamente uma rivalidade, uma vez que, pelo sistema de castas, os fins a que se destinavam umas e outras eram diferentes — enquanto as mulheres negras eram forçadas e destinadas a satisfazer sexualmente o senhor, as mulheres brancas eram destinadas a desempenhar os papéis de esposa e mãe dos/as filhos/as legítimos/as (Saffioti, 2013). É importante lembrar que os/as filhos/as das mulheres brancas eram, em sua grande maioria, criados por mulheres negras que cuidavam da casa, consideradas como ‘mães pretas’. Lélia Gonzales (1984) destaca como é importante observar a figura da “mãe preta”:

É através dela que o “obscuro objeto do desejo” (o filme do Buñuel), em português, acaba se transformando na “negra vontade de comer carne” na boca da moçada branca que fala português. O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe (p. 235, grifos da autora).

De acordo com a autora, “mãe preta” era quem verdadeiramente exercia as funções consideradas maternas e, ao fazê-lo, transmitia para as crianças os valores que lhe diziam respeito. Enquanto a mulher branca, legítima esposa e mãe biológica, nesse caso, seria “a outra” — uma vez que não desempenhava as atividades principais na criação das crianças. Para Gonzales, a criança, esse “infans”, é a própria cultura brasileira, que vai apreender uma série de elementos, inclusive o “pretuguês”, como a autora chama a linguagem que apresenta o português africanizado. Lélia mostra que as mulheres negras tiveram um lugar de grande destaque na formação da cultura brasileira; a figura da mãe preta é ostentada por essa autora como um sujeito político importante na história.

Quando aconteceu a abolição da escravatura, esse momento teve significados distintos para a mulher negra e para a mulher branca, visto que as modificações no sistema de estratificação de castas não foram acompanhadas por mudanças na estratificação à base do sexo (Saffioti, 2013). A população negra não foi integrada à sociedade, permanecendo

à margem das mudanças estruturais que aconteciam na economia. As ofertas de emprego no mercado de trabalho continuaram restringindo a participação da mulher negra, o que acabava forçando-a a continuar trabalhando como mucama, ama-de-leite, dama de companhia ou prostituindo-se (Carneiro, 2019).

Com a eliminação da ordem escravocrata-senhorial e a perda de funções por parte da família patriarcal, ocorre o deslocamento de parte da população branca e mestiça que vivia à sombra da casa grande, marcada por certa autonomia social e doméstica. Mais adiante, a urbanização intensificada a partir da segunda metade do século XIX e a industrialização nos anos 1930 tiveram repercussões consideráveis na organização da família. A importação de trabalhadores europeus, promovida para fortalecer a economia cafeeira do sul, resultou frequentemente no reforço do estilo patriarcal da família, pois os imigrantes italianos do sul da península e os sírios traziam suas tendências paternalistas para a cultura do Brasil (Saffioti, 2013). Reforçando o modelo idealizado de família burguesa, mas também misturando com outros elementos da contemporaneidade.

Considerações finais: desnudando o patriarcado

[...] A história é o que acontece, a seqüência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isso. [...] As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal (Perrot, 2007, p. 16).

É importante salientar que o debate acerca da questão de gênero necessita da retomada histórica da formação social do Brasil para que seja possível identificar elementos integrantes e determinantes das raízes da condição subalterna da mulher, da condição de dominação e privilégio masculino ainda presente na contemporaneidade. A compreensão da formação econômica, social e política do Brasil é importante para a compreensão de uma série de questões sobre o patriarcado e suas interfaces com o racismo e o capitalismo, como um modo de produção econômica que estrutura a sociedade de classes.

Nesse ponto, é necessário frisar que o patriarcado ao qual os movimentos feministas se referem e sobre o qual discutem na atualidade não representa precisamente a mesma forma de patriarcado das sociedades pré-capitalistas, tal como abordamos

anteriormente. As razões pelas quais as mulheres são oprimidas hoje não são exatamente as mesmas que as do passado, contudo, o tempo atual é marcado por um contexto capitalista que, por conta da pressão da reprodução social posta pela acumulação capitalista, cria e reproduz continuamente as condições para opressão de gênero e sexual (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019). Assim, o termo *patriarcado* é frequentemente utilizado em textos feministas para tratar da desigualdade e da opressão de gênero, mostrando que são questões que não podem ser reduzidas ao nível de relações interpessoais, mas possuem caráter de consistência societal. Ou seja, o patriarcado é estruturado e estruturante do nosso modo de produção. A autora feminista Cinzia Arruza (2015) argumenta que o patriarcado não consiste em um sistema autônomo dentro do capitalismo; por outro lado, também não elabora uma análise meramente economicista ou subestima a centralidade da opressão de gênero. A autora considera como desafio a ser tomado compreender como a dinâmica de acumulação capitalista continua a produzir, reproduzir, transformar e renovar relações hierárquicas e opressivas, porém sem expressar estes mecanismos através de explicações econômicas e automáticas.

Arruza afirma:

Não há uma definição uniforme, mas um conjunto de proposições, algumas das quais são compatíveis com as demais, enquanto outras são contraditórias. (...) proponho, focar no conceito de *sistema patriarcal*, entendido como um sistema de relações, tanto materiais como culturais, de dominação e exploração de mulheres por homens. Este é um sistema com sua própria lógica, que é ao mesmo tempo maleável a mudanças históricas, em uma relação de continuidade com o capitalismo (2015, p. 39, grifos nossos).

Sobre este debate, os ensinamentos de Carole Pateman (1993) também são valiosos, visto que a autora argumenta que o termo “patriarcado” refere-se a uma forma de poder político, e que atualmente não deve ser entendido de forma restrita através da compreensão literal como um “governo do pai”. Segundo Pateman, o conceito paternalista seria apropriado apenas para se referir a exemplos de contrato no mundo pré-moderno, uma vez que naquele período as relações eram baseadas em parentesco ou no *status*, mas o patriarcado moderno é fraternal, contratual e estruturante na sociedade civil capitalista.

O termo *patriarcado* ressurgiu no final dos anos 1960 por conta dos movimentos feministas organizados e passou a ser incluído nos discursos e no âmbito acadêmico.

Houve várias discussões entre as feministas sobre o significado de “patriarcado” e sobre questões tais como: se em nossa sociedade o termo deve ser usado em sentido literal de governo paterno; se o patriarcado é uma característica humana universal ou se ele é histórica e culturalmente variável; se o matriarcado ou a igualdade sexual existiram alguma vez, e, caso tenha existido, como aconteceu a “derrota mundial e histórica do sexo feminino” (para utilizar a dramática formulação de Engels); se as relações patriarcais estão essencialmente estabelecidas na família ou se a vida social, como um todo, está estruturada pelo poder patriarcal; e quais as relações existentes entre patriarcado, ou dominação sexual, e capitalismo, ou dominação de classe. Não existe um consenso acerca de nenhuma dessas questões e as feministas utilizam o termo “patriarcado” em muitos sentidos (Pateman, 1993, p. 39, grifos da autora).

As teorias feministas vão então permitir que se faça uma análise do patriarcado não apenas enquanto forma de dominação tradicional, datada historicamente e destinada a sucumbir na modernidade, mas o compreendendo como sistema de opressão que permanece e se atualiza mesmo com o desenvolvimento da sociedade capitalista e da democracia liberal, passando a representar uma característica das sociedades modernas (Aguilar, 1997).

Neste sentido, Saffioti (1987) salienta que existe uma relação de simbiose entre capitalismo, patriarcado e racismo, o que também já era sinalizado por Florestan Fernandes. Para a autora, importa lidar de forma simultânea com as noções de dominação e exploração dentro das análises da dimensão de gênero nos fenômenos sociais.

Segundo Saffioti (1987), a sociedade impõe o espaço doméstico à mulher ao passo que também investe muito na naturalização deste processo com a justificativa da capacidade de ser mãe. Desse modo, quando se naturaliza que a mulher se ocupe do espaço doméstico e deixa-se livre para o homem a ocupação dos espaços públicos, acontece a naturalização de um resultado das relações de poder na história. Contudo, a autora ressalta ainda que o patriarcado não representa o único princípio estruturador da sociedade, pois a divisão da sociedade em classes desiguais é outra fonte de dominação, exploração e opressão.

A tese central de Saffioti em *A Mulher na sociedade de classes* (2013) é que a condição da mulher na sociedade, desde a segunda metade do século XVIII, decorre das necessidades do capitalismo, que alterou as condições de vida da mulher. Dentro desta perspectiva, as contradições de gênero e raça atravessam as classes sociais. Saffioti (2013) explica que no processo de individualização gerado pelo modo de produção capitalista, em nível superestrutural, a mulher recebe uma subvalorização de suas capacidades, que

são reduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina; e no plano estrutural, quanto mais avançava o desenvolvimento das forças produtivas, a mulher era progressivamente afastada das funções produtivas, sendo situada periféricamente no sistema de produção. Então, embora o capitalismo não tenha criado a inferiorização social das mulheres, se aproveita desta condição e a potencializa de forma positiva para sua reprodução.

E a respeito da questão racial, são pertinentes as análises de Sueli Carneiro:

[...] desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil que estão intimamente articulados com a visão segundo a qual há seres humanos menos humanos do que outros, e, portanto, aceita-se complacentemente que estes não sejam tratados como detentores de direitos (2019, p. 165)

A formação das classes sociais no Brasil teve sua dinâmica marcada pela história da colonização e da escravidão, dessa forma, não é possível falar em escravismo sem patriarcado e vice-versa, uma vez que este país sofreu colonização estruturada por um regime escravista patriarcal. Neste sentido, Lélia Gonzalez (2011) defende que calha a necessidade de se considerar o caráter multirracial e pluricultural para o entendimento da sociedade.

Assim, através da análise histórica do período colonial percebe-se que o Brasil desenvolveu-se enquanto sociedade de base patriarcal e racista, com a mulher representando uma figura desvalorizada, sempre objetificada, sendo as brancas tratadas como acessórias e limitadas ao espaço doméstico e as mulheres negras e indígenas ainda mais fortemente exploradas, posto que, além de exploradas através de sua força de trabalho, eram vítimas de sérios abusos sexuais. Isso gerou consequências históricas e, como afirma Mirlla Cisne (2018), foi assentada nesse domínio econômico e sexual dos senhores rurais que se deu a transição da sociedade estamental para uma sociedade de classes, em um caldo cultural com evidentes relações patriarcais e racistas que se vincularam para fins de exploração sexual e de trabalho.

Percebe-se então que o patriarcado não pode ser compreendido separado da exploração capitalista, embora saibamos que ele antecede essa forma. E mesmo que formas de dominação patriarcal tenham se alterado ao longo da história, a base material do patriarcado está mantida, através do capitalismo, como afirma Saffioti (2013).

Portanto, é importante compreender o patriarcado enquanto categoria que tem impacto político e por isso sua importância como ferramenta retórica, como argumenta a própria Carole Pateman: “[...] se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política” (1988, p. 38).

Referências

AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. *In*: AGUIAR, Neuma (org.) **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997. p. 161-191.

ARRUZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro**, v. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 5 jan. 2021.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen. 2019.

CISNE, Mirla; SANTOS Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil: raízes históricas do machismo brasileiro, a mulher no imaginário social, “lugar de mulher é na história”**. São Paulo: Contexto, 1988.

ELEIÇÕES 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado. **Diap.org.br**, 18 out. 2018. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de Interpretação Sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. [S.l.]: Global, 2003.

GALDIM, José Roberto. **Eugenia**. Página de Bioética, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano [1988]. **Caderno de Formação Política do Círculo Pamarino**, n. 1, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma História do Homem Negro. *In*: RATTIS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 2006. p. 93-98.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. José Paulo Netto. Ensaio de um Marxista sem repouso. Seleção, organização e apresentação Marcelo Braz. São Paulo, Cortez, 2017.

O NEGRO da senzala ao soul. Produção Gabriel Priolli. **Documentário realizado pelo Departamento do Jornalismo da TV Cultura de São Paulo**, 1977. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A>. Acesso em 05 jan. 2021.

PERROT, Michelle. Escrever a histórias das mulheres. *In*: PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2004. 7ª reimpressão da 23ª ed.

PRIORE, Mary Del. **A Mulher Na Historia do Brasil**. São Paulo, Contexto, 1988.

REZENDE, Daniela Leandro. Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. **Pensamento Plural**, n 17, p 07-27, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/6568>. Acesso em: 29 nov. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e serviço social no brasil**: fundamentos sócio-históricos. 2. ed. Campinas: Papel Social, Cuiabá, MT:EdUFMT, 2014.



VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2012. p. 233 - 287.